



Conferência A Dinâmica dos Fundos Europeus

Verbas do banco de fomento chegam à economia no Verão

Financiamento Estudo independente identificou falhas de mercado no financiamento das empresas. Diferencial de financiamento chega a dois pontos percentuais.

Mónica Silveiras
monica.silveiras@economico.pt

“Todos gostaríamos que a Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) tivesse sido criada mais rapidamente. Mas, no final deste semestre, início do próximo os fundos chegam à IFD e depois às empresas através dos instrumentos que forem desenhados”, avançou Duarte Rodrigues, vogal do Conselho directivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC), durante a conferência organizada pelo Diário Económico e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) sob o tema “A dinâmica dos fundos europeus”.

Horas depois, o primeiro-ministro, no debate quinzenal na Assembleia da República, confirmava: “Com algum atraso, constituímos a Instituição Financeira de Desenvolvimento, que deverá começar ainda neste Verão as primeiras operações de intervenção sobre capitais que são reembolsáveis no quadro do Portugal 2020”. (ver págs. 8 e 9)

Os requisitos estão bem encaminhados. Tanto o Banco de Portugal como a Direcção-Geral da Concorrência europeia já deram uma autorização, na generalidade, a esta instituição grossista, mas falta agora desenhar os instrumentos através dos quais os cerca de 1.500 mil milhões de euros de fundos comunitários vão chegar à economia. “O licenciamento está feito, mas falta o licenciamento operacional”, sublinhou o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida, lembrando que “é difícil pôr um banco no terreno”.

O desenho destes instrumentos vai ao encontro das falhas de mercado que foram de-

tectadas pelo estudo ex-ante elaborado pela empresa de Augusto Mateus e que era um requisito de Bruxelas para dar luz verde à IFD. “A falha de mercado foi identificada, existindo um diferencial de taxa de juro que oscila entre 0,5 e dois pontos percentuais” entre os valores a que se financiam as empresas portuguesas e as congé-



“Com algum atraso, constituímos a IFD, que deverá começar ainda neste Verão as primeiras operações”, disse Passos no Parlamento.

neres europeias, com os mesmos níveis de crescimento, disse Duarte Rodrigues. “A avaliação foi concluída este mês, por avaliadores independentes, e agora estamos prontos para discutir com a Comissão Europeia. Agora há que desenhar instrumentos que sejam aceites pelas empresas”, precisou o vogal da ADC, lembrando a resistência que existe no tecido empresarial português há entrada de outros accionistas no capital da empresa, apesar do grave problema de rácios de capital muito baixos.

Um problema, “há muito identificado”, recorda o ex-secretário de Estado do Empreendedorismo, Carlos Oliveira, mesmo quando a “banca era diabolizada” por não dar financiamento as empresas. “No fundo, as empresas tinham capitais próprios tão negativos que as impedia ter um maior nível de endividamento”, disse.

Carlos Oliveira, em estilo provocador, a propósito do “famigerado banco de fomento, questionou se “o Estado precisa de uma instituição ou agência”. “Tenho as minhas dúvidas”, disse defendendo, em contrapartida, a criação de uma agência para as empresas que resultaria da fusão da Aicep, do Iapmei, Portugal Ventures, Sociedade de Garantia Mútua.

A ideia não colheu o apoio dos restantes membros do painel que lembraram que a IFD, vulgo banco de fomento, servirá de ‘holding’ a várias instituições de forma a coordenar e integrar a resposta do Estado em termos de financiamento e capitalização de empresas. “As instituições estão no terreno e a funcionar. O que está mais atrasado é a articulação global”, resume Jaime Andrez, vogal do Compete. ■

LÓGICA

Reembolsável

A aposta do Portugal 2020 são os fundos reembolsáveis. Uma estratégia que visa garantir que Portugal terá dinheiro para atribuir incentivos à economia, mesmo que, depois de 2020, quando acabar o Portugal 2020, o país não tenha direito a um novo quadro comunitário de apoio. A ideia é que, à medida que os fundos vão sendo reembolsados esses montantes serão canalizados pelo banco de fomento (IFD) de novo para a economia, mas já sem as restrições impostas por Bruxelas. Mas há preocupações. O ex-secretário de Estado do Empreendedorismo, Carlos Oliveira, frisou que “a experiência de ‘revolving’ nos QCA [quadro comunitário de apoio] mostra que os fundos não foram usados da melhor forma”.

DIFERENCIAL

0,5 - 2 p.p.

Existe um diferencial de taxa de juro entre 0,5 e dois pontos percentuais no financiamento das empresas portuguesas e as congéneres europeias.

FINANCIAMENTO

1.500 mil milhões

É a dotação de fundos comunitários que a IFD fará chegar à economia através da banca comercial. O dinheiro é dos vários programas operacionais regionais.

Carlos Oliveira, Duarte Rodrigues e Jaime Andrez integraram o primeiro painel da conferência que analisou a importância dos fundos comunitários para as empresas.



Empresas

Trabalhar em cooperação para ganhar escala foi um dos conselhos deixados às PME.

A Sword foi a primeira portuguesa a ser financiada pelo SME Instrument, o programa europeu de apoio a PME do Horizonte 2020. Em causa está um investimento de 1,3 mil milhões de euros, sendo que um milhão é dado, a fundo perdido, pela Comissão Europeia, para ajudar os terapeutas a descobrirem qual o melhor programa de reabilitação para cada doente.

Este foi o caso que o ex-secretário de Estado do Empreendedorismo, Carlos Oliveira, escolheu para ilustrar as vantagens que as empresas têm em não se cingirem aos fundos que Bruxelas atribuiu a Portugal. As empresas portuguesas poderão beneficiar do apoio directo de 8,5 mil milhões de euros do Por-

ID: 59368620

21-05-2015

PONTOS CHAVE

● Em quatro meses concorreram ao Portugal 2020, quatro mil empresas.
● O QREN, no seu conjunto, apoiou 15 mil empresas.

● Ao nível da inovação produtiva estiveram a concurso 350 milhões de euros, mas candidataram-se empresas com um volume de investimento de 1,7 mil milhões

de euros.

● Em causa estão 727 projectos.
● 60% das empresas que se candidataram fizeram-no pela primeira vez.

Paulo Alexandre Coelho



devem jogar com vários fundos

tugal 2020. “As empresas têm de se habituar à complementaridade dos fundos”, diz Carlos Oliveira. Além de ir buscar dinheiro ao Portugal 2020 também podem usar outros fundos, como o Horizonte 2020, embora nesses casos tenham de concorrer em pé de igualdade com todas as empresas europeias.

Outro conselho deixado às empresas foi aprenderem a trabalhar em cooperação para ganharem escala. Duarte Rodrigues, vogal do Conselho directivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, deu o exemplo das acções colectivas e da política de clusterização. “É aqui que se insere a contratação de recursos altamente qualificados”, acrescentou. “As nossas empresas não inovam porque, muitas vezes, não percebem a linguagem da inovação”, precisa, lembrando que os in-

vestigadores que forem contratados pelas empresas com apoio dos fundos poderão ser ‘brookers’ desta linguagem.

Mas as empresas também têm queixas, nomeadamente de complexidade dos fundos. Carlos Oliveira reconhece que há empresas que nem concorrem

DICAS

- Não se pode falar bruxelês.
- Internacionalização das empresas é muito mais do que ir a feiras.
- Exportar e internacionalizar não são sinónimos.
- Os fundos comunitários são um auxílio de Estado que tem de respeitar as limitações.

porque os custos são maiores do que os benefícios que trazem. A questão da simplificação do uso dos fundos comunitários é um tema “sempre em cima da mesa”, “é um caminho nunca acabado”, reconhece Duarte Rodrigues. Mas foram dados passos importantes, nomeadamente com a criação do Balcão único onde as empresas se candidatam e recebem o ‘feedback’ do seu processo.

Jaime Andrez, vogal do Compete, dá mais exemplo, nomeadamente ao nível de articulação da máquina, para que não haja concursos a decorrer em simultâneo que sobreponham equipas, pondo em causa o seu desempenho. E é preciso não esquecer que no Portugal 2020, se os gestores violarem em 20% os prazos de decisão ou de pagamentos às empresas, isso tem consequências. ■ M.S.

Governo quer executar este ano mais de 5% do Portugal 2020

São mais de quatro mil milhões em fundos europeus que serão injectar na economia.

Este vai ser o ano com o maior volume de investimento com fundos comunitários. A garantia foi dada ontem pelo secretário de Estado do Desenvolvimento Regional justificando a afirmação com o facto de, em 2015, estar a ser concluída a execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e estar prevista a execução de 5% do Portugal 2020. No entanto, Manuel Castro Almeida, que tem por característica ser muito cauteloso, disse: “Tenho a certeza que será mais”.

“São mais de quatro mil milhões de euros de fundos europeus que vamos injectar na economia”, precisou o responsável.

Uma injeção que se concentrará essencialmente no apoio à competitividade da economia. O tempo das obras já passou (ver pág. 30), diz, a aposta agora é no investimento privado. “A reorientação estratégica é deixar de dar prioridade às obras, mas sim à competitividade. Tenho enormes convicções sobre isto”, frisou Castro Almeida.

Alinhando a mensagem com o resto do Executivo, Castro Almeida defendeu que é tempo de “abrir um novo ciclo de esperança”. “Ao investir os fundos nas empresas vamos conseguir fazer crescer a economia e criar mais emprego”, sublinhou. “É a única forma de poder pensar um programa que tenha em vista a sobriedade do Estado e do gasto público, para aliviar a austeridade sobre as famílias e os fundos podem ajudar”. “Creio que as orientações são as correctas, mas nada substitui as boas candidaturas”, lembra.

Castro Almeida sublinhou ainda que, por opção do Executivo, os fundos serão uma ferramenta “importante para fazer a reforma do Estado”. “Uma reforma que se faz todos os dias com boas e más decisões”. E é nesta lógica que surge a orienta-

ção para resultados. “O dinheiro vai estar associado a resultados e isto vai obrigar as políticas públicas, o decisor público, a vincular-se a resultados, vai ser uma revolução, acreditem”, prometeu o secretário de Estado, adiantando que, do ministro ao director-geral, todos vão “ter de pensar no resultado” do investimento dos fundos comunitários.

Castro Almeida aproveitou ainda para frisar que, no passado, “os fundos não cumpriram a sua missão”. Portugal vive há 28 anos com quadros comunitários e se nos primeiros dez anos se aproximou 12 pontos percentuais da economia europeia, nos 18 anos seguintes houve uma divergência de um ponto percentual do rendimento per capita europeu. Um resultado que poderia ser ainda pior caso a Europa não tivesse feito um alargamento, a países mas pobres que baixaram a média europeia. Numa brincadeira de palavras com o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Castro Almeida garantiu estar ainda mais “inconformado” com a necessidade dos fundos mudarem estruturalmente o país. “Não aceito que me digam que está bem. Estou disposto a tudo para tentar, pelo menos, um caminho diferente que nos garanta que dentro de sete anos nos aproximamos da média europeia. ■ M.S.



“

Resolvemos que os fundos europeus vão ser um instrumento importante para fazer a reforma do Estado.



Conferência A Dinâmica dos Fundos Europeus

Reabilitação urbana pelas ruas da amargura

Portugal 2020 Os fundos comunitários vão dar uma ajuda à regeneração das cidades, mas não é a solução final. É preciso atrair investidores privados e estabilidade legislativa.

Paula Cravina de Sousa
paula.cravina@economico.pt



O MOMENTO

João Appleton, da A2P, criticou o Regime Simplificado de Reabilitação Urbana, que classificou como um aborto jurídico por ser um aborto técnico e por "considerar um período, arbitrário de sete anos de isenção de taxas". Arrancou mesmo uma gargalhada à assistência quando, depois de dizer que nunca ninguém conseguiu explicar o porquê do sete, afirmou: "Já perguntei se tinha a ver com o número da camisola do Cristiano Ronaldo ou se era o número mítico das pragas do Egípto".

A reabilitação urbana tem estado estagnada nos últimos anos e os fundos comunitários podem dar uma ajuda, mas não serão "a varinha mágica" para mudar este cenário. É essencial envolver as autarquias e pensar na regeneração urbana além do edificado para chamar as pessoas de regresso aos centros das cidades. Mas é também preciso chamar investidores privados e para isso é necessária estabilidade nas leis que regulam a reabilitação urbana e o arrendamento.

O quadro desenhado durante a conferência organizada pelo Diário Económico e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) foi pouco optimista e o presidente da Associação Lisbonense de Proprietários, Luís Menezes Leitão, falou mesmo em "situação dramática". "Parece-me que não podemos apenas confiar em que o regime do Portugal 2020 seja a varinha mágica", afirmou. Até porque, alerta o responsável "não há dinheiro suficiente". Durante a sua intervenção, Menezes Leitão citou um estudo feito pela Câmara Municipal de Lisboa, segundo o qual são precisos oito mil milhões de euros para reabilitar o edificado da capital,

mas o Portugal 2020 só gera investimento de cerca de dois mil milhões de euros.

Já o presidente da Câmara Municipal de Viseu, Almeida Henriques, tem uma visão mais optimista, mas deixou também algumas críticas. Apesar de classificar o Portugal 2020 como uma "grande oportunidade para o país", frisou que "foi dado um passo em falso com a rejeição das 60 candidaturas de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC)". "Foi um mau tiro de partida", considerou. "Quando se mobilizam proprietários e parceiros para convidá-los para uma nova era e se frustra esse objetivo, vai ser difícil mobilizá-los novamente numa fase posterior", referiu ainda.

Instabilidade legislativa

Os especialistas consideraram também essencial atrair investidores privados. Almeida Henriques apontou que, em Viseu, estão a ser feitas parcerias para devolver vida ao centro histórico: estão a ser criadas "cerca de cem camas para estudantes", exemplificou.

No entanto, um dos principais entraves à atracção de investidores é a instabilidade legislativa. Menezes Leitão citou o exemplo da lei do arrendamento. "A lei não é al-

terada apenas quando muda o Governo, há perspectivas de avanços e recuos, mesmo no próprio Governo há sempre alterações", frisou. Outro aspecto referido foi a transitoriedade. "O regime excepcional de reabilitação urbana é temporário, dura apenas sete anos e nada aparece como quadro legislativo estável". "Se é possível cortar custos de imobiliário por que é que o faz apenas transitoriamente?", questionou.

Mas o regime extraordinário de reabilitação urbana não é consensual. O ex-investigador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e sócio fundador da empresa A2P, João Appleton, considera o regime "um aborto". O período de sete anos é "arbitrário". Além disso, "há-de haver alguém que um dia me explique, porque isso cria uma situação muito interessante: podemos ter dois edifícios que nasceram iguais que podem ter sido reabilitados segundo três regimes completamente diferentes", explicou, um antes de 2014, outro em 2021 e outro depois dessa data.

Mas para Almeida Henriques o regime tem uma vantagem: se as autarquias tiverem uma lógica proactiva, ao longo de sete anos, induz-se os proprietários a agir mais rapidamente. ■

"Não se pode fazer o futuro com autarcas do passado"

As autarquias vão ter mais ou menos dinheiro? "Ninguém o pode saber", diz Castro Almeida.

"Digo com orgulho que vai haver menos dinheiro para obras", afirma peremptório o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional. Para Manuel Castro Almeida esse é "um problema que já passou". "O tempo, o ciclo e a prioridade são outros".

Para o responsável, que ele já esteve no terreno autárquico,

"alguns autarcas mais virados para o passado, medem o seu trabalho pela quantidade de obras que inauguram, mas, em breve, vamos medir a acção dos autarcas pelos valores do desemprego e a evolução dos níveis de rendimento, no início e no final do mandato". Castro Almeida defende que os autarcas devem ser "agentes de desenvolvimento económico e social do seu conselho e não apenas construtores". "Não se pode fazer o futuro com autarcas do passado", concluiu.

O Estado do Desenvolvimento Regional reconheceu que quando se pergunta se as autarquias vão ter mais ou menos dinheiro, não é possível dar uma resposta. "Não sei. Ninguém pode dizer", frisou. Tudo vai depender dos projectos apresentados. "Agora, é certo que vão ter menos dinheiro para obras, mas "vão ter acesso de forma mais abundante ao Fundo Social Europeu" para agir ao nível do combate ao abandono escolar ou à pobreza, por exem-

plo. "Os municípios vão passar a ter um papel mais forte nesta área", porque há muito gente no país fora do campeonato da competitividade como as crianças e os idosos, justificou.

Se o domínio da competitividade e da internacionalização é aquele que mais dinheiro tem, o domínio que mais cresce face ao quadro comunitário anterior - a dotação passou de 500 milhões no QREN para 1.500 milhões no Portugal 2020 - é o da inclusão social, concluiu Castro Almeida. ■ **M.S.**





Paulo Alexandre Coelho

Proprietários criticam nova taxa de protecção civil em Lisboa

Câmara começa a cobrar a nova taxa já no segundo semestre deste ano.

A Associação Lisbonense de Proprietários (ALP) critica a taxa de protecção civil que a Câmara Municipal de Lisboa vai cobrar este ano aos proprietários de casa. A nova taxa foi aprovada no final do ano na Assembleia Municipal, mas com os votos contra da oposição e deverá render 18,9 milhões de euros aos cofres da capital.

A taxa é de 0,0375% do valor patrimonial tributário (VPT) da casa e é agravado de 0,3% e 0,6% para os prédios devolutos e em ruínas, respectivamente. O presidente da associação, Menezes Leitão, afirma que esta taxa pode ser “inconstitucional”, já que “a protecção civil é uma função geral do Estado e não pode ser financiada por taxas”. O responsável recordou ainda os protestos em Portimão, uma das autarquias que cobra aquela taxa. Também Vila Real de Santo António cobra aquela taxa.

Para Menezes Leitão, esta taxa vem deixar os proprietários numa situação financeira ainda mais degradada. “A situação é absolutamente constrangedora”, afirmou durante a conferência. “Há o lançamento sucessivo de ónus sobre os proprietários quer façam obras de reabilitação ou não”, disse. Há, por exemplo, o agravamento para o triplo do IMI para os prédios devolutos ou em ruínas. “Essa situação já é um castigo suficiente, porque a maior parte dos proprietários não tem condições para fazer as operações necessárias”, argumentou. “E agora a câmara lança esta taxa de protecção civil que mais não é do que um adicional de 12,5% do IMI para a generalidade dos prédios e que tem várias vezes o valor do IMI, até valores acima para quem tenha prédios devolutos”.

A Câmara de Lisboa criou a taxa de protecção civil para substituir a taxa de conservação de esgotos paga todos os anos pelos municípios e tem assegurado

que a medida terá um impacto neutro para os municípios.

Em Lisboa houve ainda outra reformulação das taxas municipais, que fez com que a factura da água tenha aumentado em média, quase seis euros por mês. O agravamento é resultado da criação da taxa de resíduos urbanos e do aumento da taxa de saneamento de Lisboa. Além destas taxas, a autarquia agora liderada por Fernando Medina criou a taxa turística, que será inteiramente suportada pela ANA, Aeroportos. ■ **P.C.S.**

O crescimento das cidades donut

Em linguagem urbanística, o fenómeno de desertificação dos centros urbanos e o consequente alargamento das periferias são referidos como cidades donut, em que os centros das cidades estão vazios. O presidente da Câmara Municipal de Viseu, Almeida Henriques, alertou para a necessidade de reabilitar o edificado, mas também de chamar as pessoas para regressar aos centros da cidade. A autarquia está a fazer esforços para o conseguir, para acabar com um “centro histórico que só funciona à noite e ao fim de semana”, sendo que “durante o dia grande parte daquelas ruas estão desertas”.



1 Aspecto da sala do Pestana Palace Hotel onde decorreu a conferência que reuniu cerca de 150 pessoas.
2 Jaime Andrez, do Programa Compete, à conversa com Duarte Rodrigues, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão
3 António Cerqueira, da OTOC, com Rui Morais, das Águas de Braga.
4 Manuel Castro Almeida, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, com Raul Vaz, director do Diário Económico, e Domingues de Azevedo, bastonário da OTOC.



5 Luis Menezes Leitão, da Associação Lisbonense de Proprietários, com João Appleton, da A2P.
6 Bernarda Sousa, da Bernarda y Sousa, Mário Roque, da Lusocare, e Ana Martins, do IEF.
7 Tatiana Botelho e Maria José Capacete, ambas da ACM.
8 Dois ex-secretários de Estado: Carlos Nuno Oliveira e António Almeida Henriques.